



PREFEITURA MUNICIPAL DE
LIMEIRA

Jornal Oficial do Município de Limeira

Limeira, Quinta-feira, 22 de Dezembro de 2016

Edição 4910



EDITAL Nº 409

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI, Diretor de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

Usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que fica notificado o proprietário infrator constante abaixo:

NOTIFICAÇÃO Nº 1846/2016

Nome: FLORISVALDO FERREIRA RODRIGUES

Endereço: RUA PROFESSOR MARCILIO GUISELINI, 255 JD. ESMERALDA

Inscrição Cadastral: 1395008000

Processo: 56889/2016

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, fica V. Sa. Notificado(a) a executar a **LIMPEZA GERAL DO IMÓVEL**, mantendo limpo do mato, entulhos, lixo ou qualquer outro material nocivo à vizinhança e à coletividade.

O não cumprimento acarretará a multa de 25 (vinte e cinco) UFESPs, além de outras sanções.

Tendo um prazo de 30 (trinta) dias cumprir a notificação a partir da data de publicação deste Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI - Diretor de Serviços Públicos



EDITAL Nº 410

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI, Diretor de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

Usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que fica notificado o proprietário infrator constante abaixo:

NOTIFICAÇÃO Nº 1848/2016

Nome: JESSE PIRES

Endereço: RUA ANTONIO CASTELLAR, 324 PQ. RESD. V ETAPA ABILIO PEDRO

Inscrição Cadastral: 3196034000

Processo: 56890/2016

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, fica V. Sa. Notificado(a) a executar a **LIMPEZA GERAL DO IMÓVEL**, mantendo limpo do mato, entulhos, lixo ou qualquer outro material nocivo à vizinhança e à coletividade.

O não cumprimento acarretará a multa de 25 (vinte e cinco) UFESPs, além de outras sanções.

Tendo um prazo de 30 (trinta) dias cumprir a notificação a partir da data de publicação deste Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI - Diretor de Serviços Públicos



EDITAL Nº 411

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI, Diretor de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

Usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que fica notificado o proprietário infrator constante abaixo:

NOTIFICAÇÃO Nº 1853/2016

Nome: LUIS CARLOS DOS SANTOS

Endereço: RUA JOAQUIM COIMBRA, 211 PQ. NOSSA SENHORA DAS DORES I

Inscrição Cadastral: 2608015000

Processo: 56891/2016

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, fica V. Sa. Notificado(a) a executar a **LIMPEZA GERAL DO IMÓVEL**, mantendo limpo do mato, entulhos, lixo ou qualquer outro material nocivo à vizinhança e à coletividade.

O não cumprimento acarretará a multa de 25 (vinte e cinco) UFESPs, além de outras sanções.

Tendo um prazo de 30 (trinta) dias cumprir a notificação a partir da data de publicação deste Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI - Diretor de Serviços Públicos



EDITAL Nº 412

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI, Diretor de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

Usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que fica notificado o proprietário infrator constante abaixo:

NOTIFICAÇÃO Nº 1854/2016

Nome: LUIS CARLOS DOS SANTOS

Endereço: RUA JOAQUIM COIMBRA, 211 PQ. NOSSA SENHORA DAS DORES I

Inscrição Cadastral: 2068015000

Processo: 56891/2016

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, fica V. Sa. Notificado(a) a executar o **FECHAMENTO DO IMÓVEL**, Artigo 46 a 50 da Lei 5494/2015 - compete ao responsável pelo imóvel o fechamento do terreno. Havendo edificações deverá ser construído muro de acordo com as especificações definidas no Código de Obras e Urbanismo de Limeira, nos casos em que não haja edificações o fechamento do terreno poderá ser com alambrado.

O não cumprimento acarretará a multa de 25 (vinte e cinco) UFESPs, além de outras sanções.

Tendo um prazo de 60 (trinta) dias cumprir a notificação a partir da data de publicação deste Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI - Diretor de Serviços Públicos



EDITAL Nº 413

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI, Diretor de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

Usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que fica notificado o proprietário infrator constante abaixo:

NOTIFICAÇÃO Nº 1763/2016

Nome: ALESSANDRO AUGUSTI

Endereço: AVENIDA LIBERTINO PIZANI, 197 CIDADE UNIVERSITARIA I

Inscrição Cadastral: 4723015000

Processo: 56893/2016

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, fica V. Sa. Notificado(a) a executar a **LIMPEZA GERAL DO IMÓVEL**, mantendo limpo do mato, entulhos, lixo ou qualquer outro material nocivo à vizinhança e à coletividade.

O não cumprimento acarretará a multa de 25 (vinte e cinco) UFESPs, além de outras sanções.

Tendo um prazo de 30 (trinta) dias cumprir a notificação a partir da data de publicação deste Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI - Diretor de Serviços Públicos



EDITAL Nº 414

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI, Diretor de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

Usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que fica notificado o proprietário infrator constante abaixo:

NOTIFICAÇÃO Nº 1835/2016

Nome: NOEL FERRARI

Endereço: AVENIDA CARLOS KUNTZ BUSCH, 468 PQ. EGISTRO RAGAZZO

Inscrição Cadastral: 1622014000

Processo: 56894/2016

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, fica V. Sa. Notificado(a) a executar a **LIMPEZA GERAL DO IMÓVEL**, mantendo limpo do mato, entulhos, lixo ou qualquer outro material nocivo à vizinhança e à coletividade.

O não cumprimento acarretará a multa de 25 (vinte e cinco) UFESPs, além de outras sanções.

Tendo um prazo de 30 (trinta) dias cumprir a notificação a partir da data de publicação deste Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI - Diretor de Serviços Públicos



EDITAL Nº 415

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI, Diretor de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

Usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que fica notificado o proprietário infrator constante abaixo:

NOTIFICAÇÃO Nº 1762/2016

Nome: ALESSANDRO AUGUSTI

Endereço: RUA JOSE ANTONIO CESARIO, 150 CIDADE UNIVERSITARIA I

Inscrição Cadastral: 4723014000

Processo: 56896/2016

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, fica V. Sa. Notificado(a) a executar a **LIMPEZA GERAL DO IMÓVEL**, mantendo limpo do mato, entulhos, lixo ou qualquer outro material nocivo à vizinhança e à coletividade.

O não cumprimento acarretará a multa de 25 (vinte e cinco) UFESPs, além de outras sanções.

Tendo um prazo de 30 (trinta) dias cumprir a notificação a partir da data de publicação deste Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI - Diretor de Serviços Públicos



EDITAL Nº 416

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI, Diretor de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

Usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que fica notificado o proprietário infrator constante abaixo:

NOTIFICAÇÃO Nº 1760/2016

Nome: PAULO ROBERTO GOMES

Endereço: RUA JOSE ANTONIO CESARIO, 306 CIDADE UNIVERSITARIA I

Inscrição Cadastral: 4722014000

Processo: 56897/2016

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, fica V. Sa. Notificado(a) a executar a **LIMPEZA GERAL DO IMÓVEL**, mantendo limpo do mato, entulhos, lixo ou qualquer outro material nocivo à vizinhança e à coletividade.

O não cumprimento acarretará a multa de 25 (vinte e cinco) UFESPs, além de outras sanções.

Tendo um prazo de 30 (trinta) dias cumprir a notificação a partir da data de publicação deste Edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI - Diretor de Serviços Públicos



EDITAL Nº 417

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI, Diretor de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

Usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que fica notificado o proprietário infrator constante abaixo:

NOTIFICAÇÃO Nº 1880/2016

Nome: NOVAMETA EMPR. E CONSTR. LTDA
Endereço: RUA JOSE BIANCHI, 115 VL. INDEPENDENCIA
Inscrição Cadastral: 2682040000
Processo: 56898/2016
Aos sete dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, fica V. Sa. Notificado(a) a executar o **FECHAMENTO DO IMÓVEL** , Artigo 46 a 50 da Lei 5494/2015 - compete ao responsável pelo imóvel o fechamento do terreno. Havendo edificações deverá ser construído muro de acordo com as especificações definidas no Código de Obras e Urbanismo de Limeira, nos casos em que não haja edificações o fechamento do terreno poderá ser com alambrado.
O não cumprimento acarretará a multa de 25 (vinte e cinco) UFESPs, além de outras sanções.
Tendo um prazo de 60 (trinta) dias cumprir a notificação a partir da data de publicação deste Edital.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI - Diretor de Serviços Públicos



EDITAL Nº 418

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI, Diretor de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,
Usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz saber a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que fica notificado o proprietário infrator constante abaixo:
NOTIFICAÇÃO Nº 1881/2016
Nome: NOVAMETA EMPREENDIMENTOS E CONSTR. LTDA
Endereço: RUA JOSE BIANCHI, 115 VL. INDEPENDENCIA
Inscrição Cadastral: 2682040000
Processo: 56899/2016
Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, fica V. Sa. Notificado(a) a executar a LIMPEZA GERAL DO IMÓVEL, mantendo limpo do mato, entulhos, lixo ou qualquer outro material nocivo à vizinhança e à coletividade.
O não cumprimento acarretará a multa de 25 (vinte e cinco) UFESPs, além de outras sanções.
Tendo um prazo de 30 (trinta) dias cumprir a notificação a partir da data de publicação deste Edital.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI - Diretor de Serviços Públicos



EDITAL Nº 419

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI, Diretor de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,
Usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz saber a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que fica notificado o proprietário infrator constante abaixo:
NOTIFICAÇÃO Nº 1726/2016
Nome: ASPAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Endereço: RUA MARIO SOARES DE CAMPOS, 677 JD. CIDADE UNIVERSITARIA I
Inscrição Cadastral: 4720008000
Processo: 56900/2016
Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, fica V. Sa. Notificado(a) a executar a LIMPEZA GERAL DO IMÓVEL, mantendo limpo do mato, entulhos, lixo ou qualquer outro material nocivo à vizinhança e à coletividade.
O não cumprimento acarretará a multa de 25 (vinte e cinco) UFESPs, além de outras sanções.
Tendo um prazo de 30 (trinta) dias cumprir a notificação a partir da data de publicação deste Edital.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI - Diretor de Serviços Públicos



EDITAL Nº 420

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI, Diretor de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,
Usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz saber a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que fica notificado o proprietário infrator constante abaixo:
NOTIFICAÇÃO Nº 1737/2016

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA

ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

EXPEDIENTE

Produzido na Secretaria de Comunicações Social da Prefeitura Municipal de Limeira

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

João Batista Leonardi - Mtb: 43.213

COMPOSIÇÃO:

Secretaria Municipal de Comunicações da Prefeitura Municipal de Limeira, Centro de Promoção Social Municipal (CEPROSOM), Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Limeira (SAAE), Câmara Municipal, Instituto de Previdência Municipal de Limeira, Poder Judiciário e Entidades Assistenciais.

DIAGRAMAÇÃO:

Renato Antonio de Paula

CIRCULAÇÃO:

Terça a sábado

IMPRESSÃO:

TPSR Comunicações Ltda.

O Jornal Oficial do Município é órgão de divulgação Oficial da Administração Municipal de Limeira - Criado pela Lei Municipal nº 2494, de 30 de agosto de 1991.

R. Dr. Alberto Ferreira, 179 - Edifício Prada -

Paço Municipal Prefeito Waldemar Mattos Silveira (Memau) - Centro - Limeira-SP -

Fones: 3404-9600 e 3404-9601. www.limeira.sp.gov.br

Nome: KLEBER EMANUELLE BAPTISTA
Endereço: AVENIDA LIBERTINO PIZANI, 379 JD. CIDADE UNIVERSITARIA I
Inscrição Cadastral: 4721033000
Processo: 56901/2016
Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, fica V. Sa. Notificado(a) a executar a LIMPEZA GERAL DO IMÓVEL, mantendo limpo do mato, entulhos, lixo ou qualquer outro material nocivo à vizinhança e à coletividade.
O não cumprimento acarretará a multa de 25 (vinte e cinco) UFESPs, além de outras sanções.
Tendo um prazo de 30 (trinta) dias cumprir a notificação a partir da data de publicação deste Edital.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI - Diretor de Serviços Públicos

EDITAL Nº 421

DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI, Diretor de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,
Usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz saber a todos que virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que fica notificado o proprietário infrator constante abaixo:
NOTIFICAÇÃO Nº 1839/2016
Nome: NOEL FERRARI
Endereço: AVENIDA CARLOS KUNTZ BUSCH, 468 PQ. EGISTO RAGAZZO
Inscrição Cadastral: 1622014000
Processo: 56895/2016
Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, fica V. Sa. Notificado(a) a executar o **FECHAMENTO DO IMÓVEL** , Artigo 46 a 50 da Lei 5494/2015 - compete ao responsável pelo imóvel o fechamento do terreno. Havendo edificações deverá ser construído muro de acordo com as especificações definidas no Código de Obras e Urbanismo de Limeira, nos casos em que não haja edificações o fechamento do terreno poderá ser com alambrado.
O não cumprimento acarretará a multa de 25 (vinte e cinco) UFESPs, além de outras sanções.
Tendo um prazo de 60 (trinta) dias cumprir a notificação a partir da data de publicação deste Edital.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
DAGOBERTO DE CAMPOS GUIDI - Diretor de Serviços Públicos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

Secretaria Municipal de

Segurança Pública e Defesa Civil

Relatório Final – Apuração de Recursos

A Comissão de Acompanhamento e Deliberações do Curso de Inspetores e Subinspetores da Guarda Civil Municipal de Limeira, instituída pela Portaria nº891 de 18 de abril de 2016, vem a público, em razão das apurações no processo nº27.503/2016, apresentar esclarecimentos e dar continuidade aos trâmites legais do presente curso e concurso para os cargos de Inspetor e Subinspetor, adotando as seguintes providências:

I) Para o cargo de Subinspetor:

a) Validar as 100 (cem) horas aula realizadas para o curso de subinspetores.

b) Tornar nula a prova de subinspetores realizada na Sala 81 e validar a prova realizada na sala 35, ambas ocorridas no dia 05/06/2016.

c) Esclarecer aos candidatos que realizaram a prova na Sala 81 que serão oportunamente convocados para realização de nova prova.

d) Esclarecer a todos os candidatos ao cargo de subinspetor que após a realização da nova prova aos candidatos da Sala 81, os gabaritos e cadernos de questões estarão disponíveis para consulta e extração de cópias aos interessados.

II) Para o cargo de Inspetor

a) Validar 47 (quarenta e sete) horas aula realizadas para o curso de inspetores e determinar a reposição de 3 (três) horas aula não cumpridas nos dias 06/06/2016 e 07/06/2016.

d) Esclarecer a todos os candidatos ao cargo de inspetor que serão oportunamente convocados para continuidade do restante das aulas do curso de inspetor.

O relatório final das apurações e os decisões dos recursos interpostos estão disponíveis para consulta e extração de cópias junto ao processo nº27.503/2016. Segue abaixo o resumo dos resultados dos recursos:

	NOME	RESULTADO DO RECURSO
1	SILVIO APARECIDO LOURENÇO RAMOS	deferido
2	DIMAS CUSTÓDIO JORGE	Indeferido
3	TARCÍSIO ALEGRE	Deferido em parte
4	JOSÉ LUIS DOLO	Deferido em parte
5	MARCIO ANTONIO DE GODOY	Deferido
6	FRANCISCO APARECIDO RODRIGUES	Deferido
7	JAIR DETZ	Recurso prejudicado
8	LUIZ CLÁUDIO FONTANIM	Indeferido
9	JOSÉ MILTON COIMBRA	Deferido
10	RONALDO ADRIANO DANIEL LIMA	Deferido
11	MARCELO BENTO RIBEIRO	Deferido
12	ROGÉRIO ALMEIDA DE ARRUDA	Deferido
13	ODAIR DONIZETTI OZEAS	Deferido em parte
14	DOMINGOS SALVIO DOS SANTOS	Deferido
15	ANDRÉ MOISÉS DA SILVA	Deferido em parte
16	MARCOS ROBERTO DE SOUZA	Deferido

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE LIMEIRA S/A – EMDEL “EM LIQUIDAÇÃO”
R. Dr. Alberto Ferreira, 179 – Conj. A - Centro – CEP: 13.480-074 – Limeira-SP
Fone: (19) 3404-9722 – Fax: (19) 3441-4256 — emdelcompras@yahoo.com.br

EXTRATO DO 2º TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DO CONTRATO Nº 016/2014.
CONTRATANTE: Empresa de Desenvolvimento de Limeira S/A – EMDL – “Em Liquidação”.
CONTRATADA: E. Henrique Martins - ME.
PROCESSO: 139/2014.
MODALIDADE: Pregão Presencial 003/2014.
DATA DA ASSINATURA: 16 de Dezembro de 2016.
OBJETO: 2º termo para prorrogação de prazo e reajuste do contrato de prestação de serviços para realizar a dedetização em toda extensão do cemitério parque, inclusive no interior dos jazigos provisórios.
QUANTIDADE DE APLICAÇÕES: 2 (duas) sendo a 1ª, 6 (seis) meses após a assinatura do termo e a 2ª, 6 (seis) meses após a data da 1ª aplicação.
VALOR: O valor outrora pactuado de R\$ 21.560,00 (vinte e um mil e quinhentos e sessenta reais), devidamente reajustado pelo índice oficial IPCA, de 7,87%, passa ser de R\$ 23.256,77 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos).
PRAZO: 12 meses com início da vigência no dia 16 de Dezembro de 2016 e término no dia 16 de Dezembro de 2017.



LEI N.º 5.802, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.
(Projeto de Lei nº. 204/16, do Prefeito Municipal PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH)

Dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organização sociais cujas atividades sejam dirigidas a saúde e dá outras providências.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,
USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
FAZ saber que a Câmara Municipal de Limeira aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a firmar parceria com pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam relativas às áreas da saúde, que vierem a ser qualificadas como organizações sociais no âmbito do Município.
Art. 2º O fomento e execução das atividades relativas às áreas da saúde consiste em possibilitar o aprimoramento e a ampliação dos serviços e das atividades desenvolvidas em prol da população pelo Poder Público, por meio de organizações sociais qualificadas na forma desta lei, observadas as seguintes diretrizes:
I – contínuo aperfeiçoamento, modernização, inovação e ampliação dos serviços e atividades desenvolvidas em benefício da população;
II – ênfase na qualidade do atendimento ao cidadão usuário;
III – ênfase nos resultados, qualitativos e quantitativos, e nos prazos pactuados;
IV – controle social das ações de forma transparente e contínua.
Art. 3º A qualificação como organizações sociais, nos termos desta lei, dar-se-á com as entidades que atuem na área da saúde.
Art. 4º As diretrizes, critérios, planos de ação e demais disposições para implementação desta Lei serão regulamentadas por Decreto do Chefe do Poder Executivo, observadas em conjunto com a Lei Complementar Estadual nº 791/1995, estabelece normas de ordem pública e interesse social para a promoção, defesa e recuperação da saúde, nos termos da Constituição da República e da Constituição do Estado, e dispõe sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde nas esferas estadual e municipal.
Art. 5º Fica criada a Comissão de Qualificação das Entidades vinculada administrativamente a Secretaria Municipal de Saúde, como órgão deliberativo, decisório e consultivo.
Art. 6º Compete à Comissão de Qualificação das Entidades, dentre outras:
I – aprovar a inclusão dos órgãos, unidades ou atividades da Administração direta ou indireta do Município para o fomento e execução das atividades relativas às áreas da saúde;
II – emitir parecer acerca da qualificação das entidades como organização social, nos termos desta lei, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo;
III – aprovar, no âmbito da Administração municipal, a redação final dos contratos de gestão a serem firmados entre o Poder Público e as organizações sociais;
IV – aprovar a desqualificação da organização social, observado o disposto nesta lei e no respectivo contrato de gestão;
V – propor, mediante estudo técnico, ao Chefe do Poder Executivo, em conjunto com o Secretário Municipal de Saúde, a extinção de órgãos, unidades ou atividades da Administração municipal que desenvolva as atividades definidas no artigo 3.º desta lei, quando da eventual transferência de suas atividades e serviços a organizações sociais.
Parágrafo único. A proposta de extinção de órgãos, unidades ou atividades da Administração municipal, previstas nos incisos I e V deste artigo, deve, obrigatoriamente, ser precedida de consulta ao respectivo Conselho Municipal de Saúde.
Art. 7º A Comissão de Qualificação das Entidades será obrigatoriamente composta somente por servidores públicos estatutários e terá a seguinte composição:

I - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde;
II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Gestão Estratégica;
IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração; e
V - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Fazenda.
CAPÍTULO I
Das Organizações Sociais
Seção I
Da Qualificação
Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a qualificar como organizações sociais, no âmbito do Município, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.
Parágrafo único. As pessoas jurídicas de direito privado a que se refere o “caput” deste artigo serão submetidas ao controle externo da Câmara Municipal sendo que as organizações sociais, detentoras de contratos de gestão nos termos desta lei, deverão apresentar ao Legislativo Municipal, a cada seis meses, prestação de contas e relatório circunstanciado de suas atividades, podendo, a critério desse, ser convocada para prestar esclarecimentos acerca das informações ou serviços neles referidos, ficando o controle interno a cargo do Poder Executivo.
Art. 9º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:
I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:
a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um Conselho de Administração e uma Diretoria, definidos nos termos do Estatuto, assegurado àquele composição e atribuições normativas e de controle básicos previstos nesta Lei;
d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, membros de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
e) composição e atribuições da Diretoria da entidade;
f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;
II – ter a entidade recebido aprovação em parecer favorável, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, da Comissão de Qualificação das Entidades e do Secretário Municipal de Saúde ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social.
Parágrafo único. Serão qualificadas como organização social apenas as entidades que comprovem a efetiva prestação de serviços em sua área de qualificação há, pelo menos, 3 (três) anos.
Art. 10 A entidade que for qualificada como organização social será declarada de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.
Seção II
Do Conselho de Administração
Art. 11 O Conselho de Administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o estatuto da entidade, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:
I – ser composto por:
a) Até 10% (dez por cento) no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;
b) De 10% a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
c) Até 10% (dez por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade;
d) De 20% a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;
e) De 20% a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto.
II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho, que não poderão ser parentes consanguíneos ou afins até o 3º (terceiro) grau do Prefeito, Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, do titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente e do Controlador Geral do Município, terão mandato de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução;
III - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto.
IV - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto.
V - o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo.
VI - os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem; e

VII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a Diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas.
Art. 12 Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser incluídas entre as atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:
I - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;
II - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;
III - designar e dispensar os membros da Diretoria;
IV - fixar a remuneração dos membros da Diretoria;
V - aprovar os estatutos, bem como suas alterações e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de 2/3 (dois terços) de seus membros;
VI - aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;
VII - aprovar por maioria, no mínimo, de 2/3 (dois terços) de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e alienações, e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;
VIII - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria;
IX - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa; e
X - fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução do seu objeto;
Art. 13 Aos conselheiros, administradores e dirigentes das organizações sociais da saúde é vedado exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde - SUS.
Seção III
Do Contrato de Gestão
Art. 14 Para os efeitos desta lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas da saúde.
Art. 15 O contrato de gestão, conforme sua natureza e objeto, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social contratada será disponibilizado na íntegra no Portal da Transparência do Município.
§ 1º A celebração de contrato de gestão será precedida de processo público de seleção entre as organizações sociais previamente qualificadas, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade, publicidade, eficiência, isonomia e imparcialidade, com aviso de edital publicado no Diário Oficial do Município
§ 2º O processo público de seleção será realizado por comissão especial de seleção, composta por até 5 (cinco) servidores públicos estatutários, não ocupantes de cargo em comissão, da Secretaria Municipal ou da área pertinente ao objeto do contrato de gestão, sendo um deles designado seu presidente.
§ 3º A organização social da saúde deverá observar os princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no artigo 198 da Constituição Federal e no artigo 7º da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990.
§ 4º A celebração dos contratos de gestão de que trata esta lei, nos casos em que houver dispensa da realização de licitação, será precedida de publicação da minuta do contrato de gestão e de convocação pública das organizações sociais, através do Diário Oficial do Município, para que todas as interessadas em celebrá-lo possam se apresentar.
§ 5º O Poder Público dará publicidade:
I - da decisão de firmar cada contrato de gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas; e
II - das organizações sociais qualificadas que manifestarem interesse na celebração de cada contrato de gestão.
Art. 16 Na elaboração do contrato de gestão devem ser observados os princípios inscritos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 111 da Constituição Estadual e, também, os seguintes preceitos:
I – especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;
II – a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções.
III - atendimento à disposição do § 3º do artigo 15 desta lei;
IV - atendimento exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS e usuários do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, no caso das organizações sociais da saúde.
§ 1º Para fins do disposto no inciso IV deste artigo, observar-se-á o seguinte:
I - o contrato de gestão assegurará tratamento igualitário entre os usuários do Sistema SUS e do IAMSPE;
II - a unidade de saúde adotará sistemática de controle de atendimento de pacientes filiados a operadores de planos de saúde privados e particulares, ingressantes na qualidade de usuários do Sistema SUS e do IAMSPE.
§ 2º O Secretário Municipal de Saúde e os dirigentes das entidades da Administração indireta definirão, observadas as especificidades de suas áreas de atuação, os demais termos do contrato de gestão a ser celebrado de que sejam signatário.
Art. 17 A organização social fará publicar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para as compras com emprego de recursos oriundos do Poder Público.

Art. 1º Fica incluído o projeto “Cine Escola” no Calendário Oficial de Eventos do Município de Limeira.

Parágrafo único. A atividade ocorrerá mediante a programação e agenda do Teatro Vitória.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.


PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR

Chefe de Gabinete



LEI N.º 5.805, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Projeto de Lei nº. 244/16, do Prefeito Municipal PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH)

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Limeira o projeto “Cultura & Artes para Crianças” e dá outras providências.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ saber que a Câmara Municipal de Limeira aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído o projeto “Cultura & Artes para Crianças” no Calendário Oficial de Eventos do Município de Limeira.

Parágrafo único. A atividade ocorrerá mediante a programação e agenda do Teatro Vitória.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.


PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR

Chefe de Gabinete



LEI N.º 5.806, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Projeto de Lei nº. 240/16, do Vereador RAUL NILSEN FILHO)

Perpetua o nome do senhor Sidney Finotti em uma das ruas, avenidas, praças ou logradouros públicos do município de Limeira e dá outras providências.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ saber que a Câmara Municipal de Limeira aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica perpetuado o nome do senhor Sidney Finotti em uma das ruas, avenidas, praças ou logradouros públicos do Município de Limeira.

Art. 2º Passará a Rua 02 do Bairro Jardim Chácara Recreio Vale Verde, no município de Limeira, a denominar-se de Rua Sidney Finotti.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR

Chefe de Gabinete



LEI N.º 5.807, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Projeto de Lei nº. 218/16, do Vereador LUIS FERNANDO SILVEIRA)

Perpetuar o nome do Senhor GENOR BENEDICTO FORMIGARI à Rua Projetada 03 do Residencial Santa Clara no Município de Limeira.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ saber que a Câmara Municipal de Limeira aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica perpetuado o nome do Senhor GENOR BENEDICTO FORMIGARI em uma das ruas, avenidas, praças ou logradouros públicos

no Município de Limeira.

Art. 2º A Rua Projetada 03 do Residencial Santa Clara, localizada, neste Município de Limeira passará a denominar-se Rua GENOR BENEDICTO FORMIGARI.

Art. 3º As despesas decorrentes com a presente Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.


PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR

Chefe de Gabinete



LEI N.º 5.808, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Projeto de Lei nº. 226/16, do Vereador JOSÉ FARID ZAINÉ)

Perpetua o nome de Paulo Antônio de Oliveira à ADOM – Assessoria Departamental de Odontologia Municipal.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ saber que a Câmara Municipal de Limeira aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica perpetuado o nome de Paulo Antônio de Oliveira em uma das ruas, avenidas, praças ou logradouros públicos do Município de Limeira.

Art. 2º A ADOM - Assessoria Departamental de Odontologia Municipal passa a se denominar- “ADOM - Assessoria Departamental de Odontologia Municipal Dr. Paulo Antônio de Oliveira”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR

Chefe de Gabinete



LEI N.º 5.809, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Projeto de Lei nº. 227/16, do Vereador RONEI COSTA MARTINS SILVA)

Inclui no Calendário de Eventos Oficiais do município de Limeira a “Batalha na Gruta” a ser comemorada no mês de outubro de cada ano, e dá outras providências.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ saber que a Câmara Municipal de Limeira aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no Calendário de Eventos Oficiais do município de Limeira a “Batalha na Gruta” a ser comemorado no mês de outubro de cada ano.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correm por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR

Chefe de Gabinete



LEI N.º 5.810, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Substitutivo ao Projeto de Lei nº. 239/16, do Vereador RAUL NILSEN FILHO)

Perpetua o nome da senhora Virginia Victoria Meneghetti Hergert em uma das ruas, avenidas, praças ou logradouros públicos do município de limeira e dá outras providências.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ saber que a Câmara Municipal de Limeira aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica perpetuado o nome da senhora Virginia Vitcoria Menegheti Hergert em uma das ruas, avenidas, praças ou logradouros públicos do Município de Limeira.

Art. 2º Passará a Rua 24 do bairro Jardim Chácara Recreio Vale Verde, no município de Limeira, a denominar-se de Rua Virginia Victoria Menegheti

Hergert.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR

Chefe de Gabinete



LEI N.º 5.811, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

(Projeto de Lei nº. 248/16, do Vereador JOSÉ EDUARDO MONTEIRO JÚNIOR)

Inclui no Calendário de Eventos do Município a o Sarau Hip Hop Limeira, a ser realizado anualmente no mês de novembro.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ saber que a Câmara Municipal de Limeira aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no Calendário de Eventos do Município o Sarau Hip Hop Limeira, a ser realizado anualmente no mês de novembro.

Parágrafo único. O Evento será organizado pela Associação Cultural Sarau Hip Hop Limeira, que poderá realizar parcerias para sua realização.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR

Chefe de Gabinete



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

DE LIMEIRA - IPML

C.N.P.J./M.F. 09.626.556/0001-62

PORTARIA Nº 116/2016

ELZA APARECIDA SECOMANDI DONADELLI, Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de Limeira - IPML, e MARIA ANTONIA DE PAULA SOUSA, Diretora de Benefícios do IPML, usando das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 14, V, da Lei Complementar nº 400 de 29 de novembro de 2007, alterado pelo artigo 7º, VIII, da Lei Complementar nº 529 de 30 de abril de 2010, e CONSIDERANDO que o servidor **Sebastião Anacleto de Sousa**, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento, da Prefeitura Municipal de Limeira, titular do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – Referência 01 – Grau L - Nível 01 conta com 38 anos de tempo de contribuição, possui 38 anos de efetivo serviço público, e 38 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e possui a idade exigida; CONSIDERANDO que o servidor **optou** por aposentar-se pela regra do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e artigo 26 da Lei Complementar nº 487 de 25 de setembro de 2009 CONSIDERANDO o que mais consta do Processo nº: 39.379/2016; **RESOLVEM:**

1. **CONCEDER** ao funcionário **SEBASTIÃO ANACLETO DE SOUSA**, o benefício previdenciário da aposentadoria **por tempo de contribuição**, no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – Referência 01 – Grau L – Nível 01 com fundamento no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e artigo 26 da LC nº 487/2009.
2. Os proventos da aposentadoria serão integrais, calculados pela última base de contribuição ou seja, deve ser aposentado no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, acrescido do adicional por tempo de serviço, sexta parte, e com direito à paridade e extensão de vantagens, de acordo com artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/05
3. Os proventos serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, nos termos do artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/03
4. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Limeira, 15 de dezembro de 2016.

Elza Aparecida Secomandi Donadelli - Superintendente do IPML

Maria Antonia de Paula Sousa - Diretora de Benefícios



NOVO
156
DISQUE | ACESSE

O canal direto com a Prefeitura



Baixe o aplicativo
Limeira 156
No Google Play



PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA
ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

DE LIMEIRA - IPML

C.N.P.J./M.F. 09.626.556/0001-62

PORTARIA Nº 117/2016

ELZA APARECIDA SECOMANDI DONADELLI, Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de Limeira - IPML, e MARIA ANTONIA DE PAULA SOUSA, Diretora de Benefícios do IPML, usando das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 14, V, da Lei Complementar nº 400 de 29 de novembro de 2007, alterado pelo artigo 7º, VIII, da Lei Complementar nº 529 de 30 de abril de 2010, e CONSIDERANDO que a servidora **Ligia Consuelo Araujo**, lotada na Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Limeira, titular do cargo efetivo de Bibliotecário – Referência 48 - Grau F – Nível 01 – conta com 33 anos e seis meses de tempo de contribuição, possui 23 anos de efetivo serviço publico, e 12 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e possui a idade exigida; CONSIDERANDO que a servidora **optou** por aposentar-se pela regra do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 26 da Lei Complementar nº 487 de 25 de setembro de 2009 CONSIDERANDO o que mais consta do Processos nº: 44.293/2016 – 12.234/2008 – 4.142/2006 e 77.337/2012;

RESOLVEM:

1. CONCEDER à funcionária **LÍGIA CONSUELO ARAUJO**, o benefício previdenciário da aposentadoria **por idade e tempo de contribuição**, no cargo efetivo de Bibliotecário – Referência 48 - Grau F – Nível 01 com fundamento no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 26 da LC nº 487/2009.
 2. Os proventos da aposentadoria serão integrais, calculados pela última base de contribuição ou seja, deve ser aposentada no cargo de Bibliotecário -, acrescido do adicional por tempo de serviço e sexta-parte, e com direito à paridade e extensão de vantagens, de acordo com artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03
 3. Os proventos serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, nos termos do artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/03
 4. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
- Limeira, 15 de dezembro de 2016.

Elza Aparecida Secomandi Donadelli - Superintendente do IPML
Maria Antonia de Paula Sousa - Diretora de Benefícios



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

DE LIMEIRA - IPML

C.N.P.J./M.F. 09.626.556/0001-62

PORTARIA Nº 118/2016

ELZA APARECIDA SECOMANDI DONADELLI, Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de Limeira - IPML, e MARIA ANTONIA DE PAULA SOUSA, Diretora de Benefícios do IPML, usando das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 14, V, da Lei Complementar nº 400 de 29 de novembro de 2007, alterado pelo artigo 7º, VIII, da Lei Complementar nº 529 de 30 de abril de 2010, e CONSIDERANDO que a servidora **Cristiane Veroni**, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Limeira, titular do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil - Grau F – Nível 02 – conta com 29 anos de tempo de contribuição, possui 29 anos de efetivo serviço publico, e 23 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e possui a idade exigida; CONSIDERANDO que a servidora **optou** por aposentar-se pela regra do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 26 da Lei Complementar nº 487 de 25 de setembro de 2009 CONSIDERANDO o que mais consta do Processo nº: 47.741/2016;

RESOLVEM:

1. CONCEDER à funcionária **CRISTIANE VERONI**, o benefício previdenciário da aposentadoria **especial de magistério**, no cargo efetivo de Professor de Educação Infantil - Grau F – Nível 02 com fundamento no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 26 da LC nº 487/2009.
 2. Os proventos da aposentadoria serão integrais, calculados pela última base de contribuição ou seja, deve ser aposentada no cargo de Professor de Educação Infantil, acrescido do adicional por tempo de serviço e sexta parte, com direito à paridade e extensão de vantagens, de acordo com artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03
 3. Os proventos serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, nos termos do artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/03
 4. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
- Limeira, 15 de dezembro de 2016.

Elza Aparecida Secomandi Donadelli - Superintendente do IPML
Maria Antonia de Paula Sousa - Diretora de Benefícios



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

DE LIMEIRA - IPML

C.N.P.J./M.F. 09.626.556/0001-62

PORTARIA Nº 119/2016

ELZA APARECIDA SECOMANDI DONADELLI, Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de Limeira - IPML, e MARIA ANTONIA DE PAULA SOUSA, Diretora de Benefícios do IPML, usando das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 14, V, da Lei Complementar nº 400 de 29 de novembro de 2007, alterado pelo artigo 7º, VIII, da Lei Complementar nº 529 de 30 de abril de 2010, e CONSIDERANDO que a servidora **Maria Lucia Carvalho de Oliveira**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal, titular do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem – Referência 08 - Grau A – Nível 01 -, conta com 60 anos de idade, 15 anos e oito meses de tempo de contribuição, mais de dez anos de efetivo exercício no serviço público e mais de 05 anos no cargo; CONSIDERANDO que a mesma servidora pode ser aposentada com fundamento na regra permanente do artigo 40, § 1º, III, “b” da Constituição Federal; c/c Art. 27º da Lei Complementar nº 487 de 25 de setembro de 2009. CONSIDERANDO o que mais consta dos Processos nºs: 48.866/2016 e 43.046/2016;

RESOLVEM:

1. CONCEDER à funcionária **MARIA LÚCIA CARVALHO DE OLIVEIRA**, o benefício previdenciário da **aposentaria por idade**, no cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem – Referência 08 – Grau A – Nível 01, nos termos da regra permanente instituída a partir da E.C. nº 20/98, a qual não foi objeto de alteração pelas Emendas nº 41/03 e 47/05, senão quanto ao cálculo dos proventos.
 2. Os proventos da aposentadoria serão proporcionais e corresponderão à 52,44% (Cinquenta e dois inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento) da média remuneratória de suas bases de contribuição, calculada na forma da lei, uma vez que o tempo de contribuição constatados é de 5.742/10.950 dias, sendo-lhe assegurado a percepção de no mínimo, um salário mínimo.
 3. A servidora será aposentada sem direito à paridade ativo-inativo.
 4. A revisão do benefício ocorrerá anualmente na mesma época do reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, e pelos mesmos índices, enquanto não for estabelecido outro índice pela legislação municipal.
 5. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
- Limeira, 15 de novembro de 2016

Elza Aparecida Secomandi Donadelli - Superintendente do IPML
Maria Antonia de Paula Sousa - Diretora de Benefícios

PORTARIA Nº 120/2016

ELZA APARECIDA SCOMANDI DONADELLI, Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de Limeira - IPML, e MARIA ANTONIA DE PAULA SOUSA, Diretora de Benefícios do IPML, usando das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 14, V, da Lei Complementar nº 400 de 29 de novembro de 2007, alterado pelo artigo 7º, VIII, da Lei Complementar nº 529 de 30 de abril de 2010, e CONSIDERANDO que a servidora, **Marta Vergínia Espadon**, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Limeira, titular do cargo efetivo de Professor Substituto de Ensino Fundamental – Grau B – Nível 02, conta com 29 anos e cinco meses de tempo de contribuição, mais de 29 anos de tempo de serviço público Municipal e Estadual, mais de 05 anos de tempo no cargo e possui a idade exigida. CONSIDERANDO que a mesma servidora pode ser aposentada com fundamento na regra permanente do artigo 40, § 1º, III, “a” c/c § 5º da Constituição Federal; c/c Art. 27º da Lei Complementar nº 487 de 25 de setembro de 2009.

CONSIDERANDO o que mais consta dos Processos nº 49.159/2016 e 45.422/2016;

RESOLVEM:

CONCEDER à funcionária **MARTA VERGÍNIA ESPADON**, o benefício previdenciário da aposentaria especial do Professor por idade e tempo de contribuição, no cargo efetivo de Professor Substituto de Ensino Fundamental – Grau B – Nível 02 - nos termos da regra permanente instituída a partir da E.C. nº 20/98, a qual não foi objeto de alteração pelas Emendas nº 41/03 e 47/05, senão quanto ao cálculo dos proventos. Os proventos da aposentadoria serão integrais calculados pela média aritmética simples, atualizada de 80% das maiores remunerações que serviram de base para as contribuições efetuadas a partir de julho/94, com extensão de vantagens, não podendo exceder ao valor da última remuneração;

A servidora será aposentada sem direito à paridade ativo-inativo. A revisão do benefício ocorrerá anualmente na mesma época do reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, e pelos mesmos índices, enquanto não for estabelecido outro índice pela legislação municipal.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Limeira, 15 de dezembro de 2016.
Elza Aparecida Secomandi Donadelli - Superintendente do IPML
Maria Antonia de Paula Sousa - Diretora de Benefícios



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

DE LIMEIRA - IPML

C.N.P.J./M.F. 09.626.556/0001-62


PORTARIA Nº 121/2016

ELZA APARECIDA SECOMANDI DONADELLI, Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de Limeira - IPML, e MARIA ANTONIA DE PAULA SOUSA, Diretora de Benefícios do IPML, usando das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 14, V, da Lei Complementar nº 400 de 29 de novembro de 2007, alterado pelo artigo 7º, VIII, da Lei Complementar nº 529 de 30 de abril de 2010, e CONSIDERANDO que a servidora, **Márcia Bassinello Piscitelli**, lotada no Centro de Promoção Social Municipal – Ceprosom - Autarquia da Prefeitura Municipal de Limeira, titular do cargo efetivo de Educador de Projeto Social – Referência 32 - Grau C – Nível 01 – conta com 30 anos e um mês de tempo de contribuição, possui 20 anos de efetivo serviço publico, e 17 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e possui a idade exigida; CONSIDERANDO que a servidora **optou** por aposentar-se pela regra do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 26 da Lei Complementar nº 487 de 25 de setembro de 2009 CONSIDERANDO o que mais consta do Processo nº: 49.395/2016;

RESOLVEM:

1. CONCEDER à funcionária **MÁRCIA BASSINELLO PISCITELLI**, o benefício previdenciário da aposentadoria **por idade e tempo de contribuição**, no cargo efetivo de Educador de Projeto Social – Referência 32 - Grau C – Nível 01 com fundamento no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 26 da LC nº 487/2009.
 2. Os proventos da aposentadoria serão integrais, calculados pela última base de contribuição ou seja, deve ser aposentada no cargo de Educador de Projeto Social -, acrescido do adicional por tempo de serviço e sexta-parte, e com direito à paridade e extensão de vantagens, de acordo com artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03
 3. Os proventos serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, nos termos do artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/03
 4. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
- Limeira, 15 de dezembro de 2016.

Elza Aparecida Secomandi Donadelli - Superintendente do IPML
Maria Antonia de Paula Sousa - Diretora de Benefícios




PORTARIA Nº 1.863, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e **CONSIDERANDO** tudo o que consta do Processo Administrativo nº 37.181, de 10 de agosto de 2015,

RESOLVE:

A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Sônia Regina Leite de Camargo** Auxiliar de Serviços Gerais, registro funcional nº 686867, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.
C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE e Cumpra-se.
PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal
PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR
Chefe de Gabinete



PORTARIA Nº 1.864, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991; **CONSIDERANDO** a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e **CONSIDERANDO** tudo o que consta do Processo Administrativo nº 37.182, de 10 de agosto de 2015,

RESOLVE:

A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Irene Martins da Cruz Barbosa**, Auxiliar de Serviços Gerais, registro funcional nº 666696, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.
C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE e Cumpra-se.
PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal
PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR
Chefe de Gabinete



PORTARIA Nº 1.865, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991;
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e
CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo Administrativo nº 37.386, de 11 de agosto de 2015,
RESOLVE:
A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Danielo Castigioni Mazon**, Veterinário, registro funcional nº 62031, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.
C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE e Cumpra-se.
PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal
PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR
Chefe de Gabinete



PORTARIA Nº 1.866, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991;
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e
CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo Administrativo nº 37.429, de 11 de agosto de 2015,
RESOLVE:
A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Cristiane Ragonha Dias Cussolim**, Dentista I, registro funcional nº 632473, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.
C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE e Cumpra-se.
PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal
PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR
Chefe de Gabinete



PORTARIA Nº 1.867, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991;
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e

CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo Administrativo nº 37.446, de 11 de agosto de 2015,
RESOLVE:
A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Luciana Magri da Silva Quintana**, Auxiliar de Serviços Gerais, registro funcional nº 664502, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.
C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE e Cumpra-se.
PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal
PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR
Chefe de Gabinete



PORTARIA Nº 1.872, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991;
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e
CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo Administrativo nº 37.740, de 12 de agosto de 2015,
RESOLVE:
A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Rogério Eugênio de Oliveira**, Monitor, registro funcional nº 776378, lotado na Secretaria Municipal de Educação.
B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.
C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE e Cumpra-se.
PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal
PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR
Chefe de Gabinete



PORTARIA Nº 1.873, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991;
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e
CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo Administrativo nº 38.614, de 18 de agosto de 2015,
RESOLVE:
A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Gilio Mialichi Neto de Oliveira**, Professor de Artes Plásticas, registro funcional nº 776271, lotado na Secretaria Municipal de Cultura.
B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.
C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE e Cumpra-se.
PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal
PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR
Chefe de Gabinete



PORTARIA Nº 1.874, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991;
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de

2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e
CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo Administrativo nº 38.687, de 18 de agosto de 2015,
RESOLVE:
A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Dalva Aparecida Bovi Furlan**, Oficial Administrativo, registro funcional nº 18821, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.
C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE e Cumpra-se.
PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal
PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR
Chefe de Gabinete



PORTARIA Nº 1.875, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991;
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e
CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo Administrativo nº 38.904, de 19 de agosto de 2015,
RESOLVE:
A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Valdir Arantes**, Motorista de Veículo Pesado, registro funcional nº 666823, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.
C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE e Cumpra-se.
PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal
PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR
Chefe de Gabinete



PORTARIA Nº 1.876, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991;
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e
CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo Administrativo nº 39.067, de 20 de agosto de 2015,
RESOLVE:
A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Fabiana Aparecida Bilato**, Monitor, registro funcional nº 756661, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.
C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE e Cumpra-se.
PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal
PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR
Chefe de Gabinete



PORTARIA Nº 1.885, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e

CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo Administrativo nº 39.304, de 21 de agosto de 2015,

RESOLVE:

A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Iara Rodrigues da Silva**, Monitor, registro funcional nº 689009, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.

C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.


REGISTRE-SE e Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR - Chefe de Gabinete



PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

PORTARIA Nº 1.886, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e

CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo Administrativo nº 39.305, de 21 de agosto de 2015,

RESOLVE:

A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Mayara Vilalva Massara de Moura**, Monitor, registro funcional nº 777552, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.

C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.


REGISTRE-SE e Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR - Chefe de Gabinete



PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

PORTARIA Nº 1.887, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e

CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo Administrativo nº 39.736, de 25 de agosto de 2015,

RESOLVE:

A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Ana Cristina de Salvi**, Médica Diarista III, registro funcional nº 637556, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.

C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.


REGISTRE-SE e Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR - Chefe de Gabinete



PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

PORTARIA Nº 1.888, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e

CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo Administrativo nº 39.844, de 25 de agosto de 2015,

RESOLVE:

A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Angela Cristina Germano dos Santos**, Auxiliar de Serviços Gerais, registro funcional nº 686433, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.

C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.


REGISTRE-SE e Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR - Chefe de Gabinete



PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

PORTARIA Nº 1.889, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 227, da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 403, de 11 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Empregos e Salários dos Servidores Públicos Municipais (artigos 14 e 15), e

CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo Administrativo nº 40.214, de 28 de agosto de 2015,

RESOLVE:

A) Mudar do Nível I para o Nível II, **Rogério Fires**, Auxiliar de Serviços Gerais, registro funcional nº 13706, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.

C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE e Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.


PAULO CEZAR JUNQUEIRA HADICH - Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

MARCO AURÉLIO MAGALHÃES FARIA JUNIOR - Chefe de Gabinete

AGENDA CULTURAL

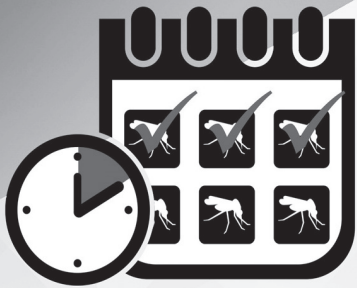
Mês: Dezembro 2016



PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

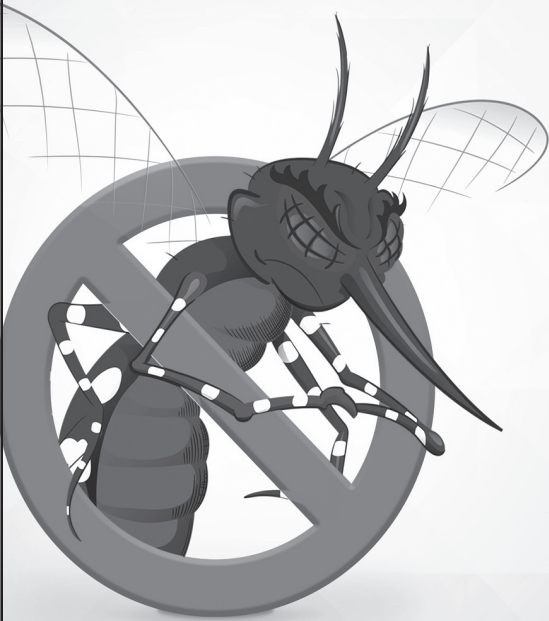
22	Qui	18h às 22h	Exposição	Feira de Artes	Praça Toledo Barros
22	Qui	19h às 22h	Natal	Visitas ao Papai Noel	Praça Toledo Barros
23	Sex	18h às 22h	Exposição	Feira de Artes	Praça Toledo Barros
23	Sex	19h às 22h	Natal	Visitas ao Papai Noel	Praça Toledo Barros
27	Ter	8h às 17h	Literatura	Feira de Troca de Livros Infantojuvenil e Gibis	Biblioteca Municipal




10 minutos por semana DE COMBATE À DENGUE


Verifique uma vez por semana todos os locais onde podem surgir criadouros do mosquito. O período de formação do Aedes aegypti , que vai do ovo à fase adulta, é de 7 a 10 dias. Portanto, se a eliminação for realizada uma vez por semana, é possível interromper o ciclo de vida do inseto e evitar a Dengue, Chikungunya e Zika.


LIMEIRA PRECISA DA SUA AJUDA. VAMOS ACABAR DE VEZ COM O AEDES AEGYPTI.





FIQUE ATENTO:


 Caixa d'água sempre fechada

 Garrafas sempre de boca para baixo

 Pneus sempre em locais cobertos


 Pratos de vasos cobertos com areia até a borda

 Calhas sempre limpas

 Sacos de lixo bem fechados e longe do alcance de animais


E tudo o que possa acumular água e atrair o mosquito. Confira na lista de checagem.

EM CASO DE SUSPEITA, PROCURE IMEDIATAMENTE ATENDIMENTO MÉDICO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL



ATO NORMATIVO

da Secretaria Municipal de Educação

Resolução SME nº 06 de 14 de setembro de 2016.

Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização de procedimentos administrativos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Prof.ª Ma. ADRIANA IJANO MOTTA, Secretária Municipal de Educação,
NO EXERCÍCIO de suas competências, delegadas pelo Decreto nº 381, de 1º de dezembro de 2015, artigos 7º, 351 e 352.

Considerando:

- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96);
- A Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- A responsabilidade desta Secretaria em adotar procedimentos eletrônicos de registro da trajetória escolar de cada um dos alunos, organizando e **registrando todas as ocorrências diárias de uma unidade escolar**, de forma a garantir eficácia, legalidade e validade dos atos escolares.

Resolve:

Art. 1º Dispor sobre uso do meio eletrônico para a realização de procedimentos de registro da Vida Escolar dos alunos e dos procedimentos pedagógicos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e nas Unidades Escolares.

Art. 2º Para o disposto nesta resolução consideram-se as seguintes definições:

- § 1º - **documento** - unidade de registro de informações, independentemente do formato, do suporte ou da natureza;
- § 2º - **documento digital** - informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser:

- I- documento nato-digital - documento criado originariamente em meio eletrônico; ou
- II- documento digitalizado - documento obtido a partir da conversão de um documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital;
- § 3º -**processo administrativo eletrônico** - aquele em que os atos processuais são registrados e disponibilizados em meio eletrônico.

Art. 3º São objetivos desta resolução:

- § 1º - assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação governamental e promover a adequação entre meios, ações, impactos e resultados;
- § 2º - promover a utilização de meios eletrônicos para o registro da Vida Escolar dos alunos e dos procedimentos pedagógicos com segurança, agilidade, transparência e economicidade;
- § 3º - ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e da comunicação através do armazenamento eletrônico dos dados;

Art. 4º Para o atendimento ao disposto nesta Resolução, a Secretaria Municipal de Educação e suas Unidades Escolares utilizarão sistemas informatizados para o registro da Vida Escolar dos alunos e para o registro dos procedimentos pedagógicos desenvolvidos.

§ 1º Considera-se Vida Escolar do aluno:

- I**- Identificação da Unidade Escolar, diretor, setor/turma, ano letivo, monitores/professores;
- II**- lista dos alunos do setor/turma;
- III**- quadro de horários/atividades do setor/turma;
- IV**- registro de frequência dos alunos e porcentagem por bimestre;
- V**- resumo dos conteúdos trabalhados no mês;
- VI**- ocorrências e ou observações do setor/turma;
- VII**- acompanhamento das avaliações por bimestre;
- VIII**- avaliação final;
- IX**- registro dos conselhos de Educação Infantil, Ciclo e termo;
- X**- demais atos que se fizerem necessários.

§ 2º Considera-se procedimentos pedagógicos:

- I**- plano de curso;
- II**- planejamento;
- III**- avaliação processual
- IV**- atas e outros registros do horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC);
- V**- registros de orientações e monitoramento;
- VI**- demais atos que se fizerem necessários.

§ 3º Os sistemas a que se refere o caput deverão utilizar programas com código aberto e prover mecanismos para a verificação da autoria e da integridade dos documentos em processos administrativos eletrônicos.

Art. 5º Os registro da vida escolar dos alunos e dos procedimentos pedagógicos deverão ser realizados em meio eletrônico, exceto nas situações em que este procedimento for inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico cujo prolongamento cause dano relevante à celeridade dos procedimentos.

Parágrafo único. No caso das exceções previstas no caput, os procedimentos poderão ser praticados segundo as regras aplicáveis aos processos em papel, desde que posteriormente o documento-base correspondente seja digitalizado e incluído no sistema informatizado.

Art. 6º A autoria, a autenticidade e a integridade dos documentos serão comprovadas a partir de utilização de identificação por meio de nome de usuário e senha.

Art. 7º Os documentos nato-digitais e assinados eletronicamente na forma do art. 5º são considerados originais para todos os efeitos legais.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação estabelecerá estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo, o acesso e o uso contínuo dos documentos digitais.

Parágrafo único. O estabelecido no caput deverá prever, no mínimo:

- I**- proteção contra a deterioração e a obsolescência de equipamentos e programas;
- II** - mecanismos para garantir a autenticidade, a integridade e a legibilidade dos documentos eletrônicos ou digitais.


Art. 9º A guarda dos documentos digitais, considerados de valor permanente, deverão estar de acordo com as normas previstas pela legislação vigente, incluindo a compatibilidade de suporte e de formato, a documentação técnica necessária para interpretar o documento e os instrumentos que permitam a sua identificação e o controle no momento de seu recolhimento.

Art. 10 A partir da data da implantação dos processos eletrônicos e digitais, cada Unidade Escolar deverá arquivar os documentos impressos e preenchidos manualmente, para consultas posteriores.

Art. 11 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis.

Prof.ª Ma. ADRIANA IJANO MOTTA - Secretária Municipal de Educação



RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 164,

DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Republicada por conter incorreções

Dispõe sobre a revisão extraordinária dos valores das Tarifas de Água e Esgoto a serem aplicados no Município de Limeira e dá outras providências.

A DIRETORIA EXECUTIVA DA ARES-PCJ - AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (AGÊNCIA REGULADORA PCJ), no uso das atribuições que lhe conferem a Cláusula 32ª, inciso IV, do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ convertido em Contrato de Consórcio Público e o Artigo 30, inciso IV, do Estatuto Social da ARES-PCJ e;

CONSIDERANDO:

Que através da Concorrência Pública nº 07/1994, o Município de Limeira firmou contrato de concessão plena para a execução de obras e serviços na gestão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário com a empresa Odebrecht Ambiental Limeira S/A;

Que através das premissas constantes na Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007, no Decreto Federal nº 7.217, de 21/06/2010 e na Lei Municipal nº 5.157, de 26/08/2013, pela qual o Município de Limeira ratificou o Protocolo de Intenções da ARES-PCJ, convertido em Contrato de Consórcio Público, e delegou o exercício das atividades de regulação econômica e fiscalização da qualidade da prestação dos serviços de saneamento básico à Agência Reguladora PCJ;

Que a Odebrecht Ambiental Limeira S/A, empresa concessionária responsável pelos serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário do Município de Limeira, prestou informações para a abertura do processo de revisão extraordinária, anexando planilhas e orçamentos que embasam as alterações de projetos resultantes da homologação do Aditivo ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Município de Limeira e o Ministério Público do Estado de São Paulo;

Que a Agência Reguladora ARES-PCJ, através do Parecer Consolidado nº 36/2016, concluiu pela pertinência de revisão extraordinária dos valores das Tarifas Referenciais de Água e de Esgoto (TRA e TRE), para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes definidos no Contrato de Concessão, firmado entre a empresa Odebrecht Ambiental Limeira S/A e o Município de Limeira;

Que o citado Parecer Consolidado da ARES-PCJ foi apresentado em Audiência Pública, ocorrida no Plenário da Câmara de Vereadores de Limeira, no dia 14 de dezembro de 2016, servindo para coleta de informações e sugestões dos munícipes presentes;

Que o Conselho de Regulação e Controle Social do Município de Limeira, reunido no dia 14 de dezembro de 2016, analisou e aprovou o conteúdo do Parecer Consolidado nº 36/2016;

Que, em face do cumprimento de todas as etapas do processo de revisão extraordinária dos valores das Tarifas Referenciais de Água e de Esgoto (TRA e TRE), do Município de Limeira, a Diretoria Executiva da ARES-PCJ, reunida em 19 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Revisar os valores da Tarifa Referencial de Água (TRA) e da Tarifa Referencial de Esgoto (TRE) em 18,12% (dezoito inteiros e doze centésimos por cento), passando dos atuais R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos), para R\$ 4,43 (quatro reais e quarenta e três centavos).

Art. 2º - Fixar, em função da revisão extraordinária da Tarifa Referencial de Água (TRA) e da Tarifa Referencial de Esgoto (TRE), os novos valores para as Tarifas de Água e Esgoto, em todas as faixas e categorias de consumo, conforme Tabela 1, do Anexo I, desta Resolução.

Parágrafo Único - A presente Resolução é o instrumento jurídico que dá base ao Termo de Aditamento de Contrato e deve constar, como causas de desequilíbrio e fundamentos para a revisão dos valores da TRA e TRE, os novos investimentos e obras decorrentes do Aditivo ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Município de Limeira e o Ministério Público do Estado de São Paulo, bem como o novo fluxo de caixa desenhado para recuperação das receitas da concessionária, nos moldes do Processo Administrativo ARES-PCJ nº 150/2016.

Art. 3º - Os novos valores das Tarifas de Água e Esgoto somente serão praticados após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução na imprensa oficial ou em jornal de circulação no Município de Limeira, conforme determina o Art. 39, da Lei Federal nº 11.445/2007.

Parágrafo único. A realização das leituras e medições, para fins de emissão das Contas/Faturas com os novos valores, obedecerão ao prazo estabelecido no *caput* deste Artigo.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

DALTO FAVERO BROCHI - Diretor Geral

ANEXO I

TABELA 1 – VALORES DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO

CATEGORIA RESIDENCIAL				
FAIXAS DE CONSUMO	UNIDADE	TARIFA DE ÁGUA (R\$)	TARIFAS DE ESGOTO (R\$)	TARIFA TOTAL (R\$)
0 a 10	mês	1,99	1,99	3,98
11 a 15	m³	2,75	2,75	5,50
16 a 30	m³	5,45	5,45	10,90
31 a 60	m³	7,09	7,09	14,18
61 a 100	m³	8,86	8,86	17,72
Acima de 100	m³	11,07	11,07	22,14

CATEGORIA RESIDENCIAL POPULAR				
FAIXAS DE CONSUMO	UNIDADE	TARIFA DE ÁGUA (R\$)	TARIFAS DE ESGOTO (R\$)	TARIFA TOTAL (R\$)
0 a 10	mês	0,89	0,89	1,78
11 a 15	m³	0,89	0,89	1,78
16 a 30	m³	3,77	3,77	7,54
31 a 60	m³	6,64	6,64	13,28
61 a 100	m³	8,86	8,86	17,72
Acima de 100	m³	11,07	11,07	22,14

CATEGORIA COMERCIAL				
FAIXAS DE CONSUMO	UNIDADE	TARIFA DE ÁGUA (R\$)	TARIFAS DE ESGOTO (R\$)	TARIFA TOTAL (R\$)
0 a 10	mês	4,43	4,43	8,86
11 a 15	m³	6,64	6,64	13,28
16 a 30	m³	6,64	6,64	13,28
31 a 60	m³	11,07	11,07	22,14
61 a 100	m³	15,50	15,50	31,00
Acima de 100	m³	19,93	19,93	39,86

CATEGORIA INDUSTRIAL				
FAIXAS DE CONSUMO	UNIDADE	TARIFA DE ÁGUA (R\$)	TARIFAS DE ESGOTO (R\$)	TARIFA TOTAL (R\$)
0 a 10	mês	4,43	4,43	8,86
11 a 15	m³	4,43	4,43	8,86
16 a 30	m³	7,09	7,09	14,18
31 a 60	m³	11,52	11,52	23,04
61 a 100	m³	15,95	15,95	31,90
Acima de 100	m³	20,38	20,38	40,76

CATEGORIA PÚBLICA				
FAIXAS DE CONSUMO	UNIDADE	TARIFA DE ÁGUA (R\$)	TARIFAS DE ESGOTO (R\$)	TARIFA TOTAL (R\$)
0 a 10	mês	2,66	2,66	5,32
11 a 15	m³	4,87	4,87	9,74
16 a 30	m³	4,87	4,87	9,74
31 a 60	m³	7,09	7,09	14,18
61 a 100	m³	11,07	11,07	22,14
Acima de 100	m³	13,29	13,29	26,58

Jornal Oficial do Município de Limeira

Em qualquer hora


EM qualquer lugar!



acesse

www.limeira.sp.gov.br

faça o Download




CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA
ESTADO DE SÃO PAULO BRASIL

ATO DA MESA Nº12/16

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, Estado de São Paulo;

USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

R E S O L V E:
Art. 1º Devolver à Prefeitura Municipal de Limeira a importância de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).
Art. 2º Caberá, por conseguinte, à Secretaria de Administração e Finanças da Câmara Municipal adotar as medidas contábeis necessárias relacionadas à respectiva devolução, a fim de se permitir um perfeito e atualizado controle.
Art. 3º Este ATO DA MESA entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
NILTON CÉSAR DOS SANTOS – Presidente
JOSÉ EDUARDO MONTEIRO JÚNIOR - Vice-Presidente
SIDNEY PASCOTTO - 1º Secretário
LUCINEIS APARECIDA BOGO - 2ª Secretária
PUBLICADA NA SECRETARIA LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
MARCIO BURATTI GOMES - Secretário Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA
ESTADO DE SÃO PAULO BRASIL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº37/16

NILTON CÉSAR DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Limeira, estado de São Paulo;


USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 45 da Lei Orgânica do Município de Limeira e no artigo 31, inciso I, alínea “e” da Resolução nº44/92 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Limeira,

R E S O L V E
Art. 1º Fica constituída uma Comissão Representativa da Câmara Municipal de Limeira durante o recesso parlamentar de 23 de dezembro de 2016 a 1º de fevereiro de 2016, formada pelos nobres Vereadores, José Roberto Bernardo, Lucineis Aparecida Bogo e Sidney Pascotto, os quais foram nomeados na Sessão realizada em 19 de dezembro de 2016.
Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
NILTON CÉSAR DOS SANTOS - Presidente
PUBLICADA NA SECRETARIA LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
MARCIO BURATTI GOMES - Secretário Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA
ESTADO DE SÃO PAULO BRASIL

EU, NILTON CÉSAR DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE:
DECRETO LEGISLATIVO Nº32/16
(Projeto de Decreto Legislativo nº 31/16, do Vereador José Farid Zaine)
Concede o Título de Cidadão Limeirense ao Reverendíssimo Padre Benedito Tadeu da Rosa.
Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Limeirense ao Reverendíssimo Padre Benedito Tadeu da Rosa, pelo exemplo de sua vida, de sua conduta e pelo trabalho desenvolvido para a valorização dos assuntos sociais e religiosos do município, sempre de forma carinhosa, íntegra e humana.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezesseis.
NILTON CÉSAR DOS SANTOS - Presidente
PUBLICADA NA SECRETARIA LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezesseis.
MARCIO BURATTI GOMES - Secretário Legislativo




CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA
ESTADO DE SÃO PAULO BRASIL

EU, NILTON CÉSAR DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE:
DECRETO LEGISLATIVO Nº33/16
(Projeto de Decreto Legislativo nº 32/16, do Vereador José Roberto Bernardo)
Concede o Diploma de Gratidão da Cidade de Limeira e a Medalha de Mérito Cívico XV de Setembro Ordem de Tatuiby ao Sr. Carlos Roberto Della Coletta pelos relevantes serviços prestados à cidade de Limeira.
Art. 1º Fica concedido o Diploma de Gratidão da Cidade de Limeira e a Medalha de Mérito Cívico XV de Setembro “Ordem Tatuiby” ao **Sr. Carlos Roberto Della Coletta** pelos relevantes serviços prestados à cidade de Limeira.
Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto Legislativo correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Art. 3º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.
CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezesseis.
NILTON CÉSAR DOS SANTOS - Presidente
PUBLICADA NA SECRETARIA LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezesseis.
MARCIO BURATTI GOMES - Secretário Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA
ESTADO DE SÃO PAULO BRASIL

EU, NILTON CÉSAR DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE:
DECRETO LEGISLATIVO Nº34/16
(Projeto de Decreto Legislativo nº 36/16, do Vereador André Moisés da Silva)
Concede o Título de Cidadão Limeirense ao Ilustríssimo Sr. Maurício Miranda de Queiroz pelos relevantes serviços prestados ao município de Limeira.
Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Limeirense ao **Senhor Maurício Miranda de Queiroz**, pelos relevantes serviços prestados ao município de Limeira.
Art. 2º As despesas decorrentes com a execução deste decreto legislativo correrão por conta de verbas próprias, constante no orçamento vigente, suplementadas se necessárias.
Art. 3º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.
CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezesseis.
NILTON CÉSAR DOS SANTOS - Presidente
PUBLICADA NA SECRETARIA LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezesseis.
MARCIO BURATTI GOMES - Secretário Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA
ESTADO DE SÃO PAULO BRASIL

PORTARIA Nº160/16
NILTON CÉSAR DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO a Portaria nº 156 de 19 de dezembro de 2016;
CONSIDERANDO o processo administrativo nº 4830 de 20 de dezembro de 2016, de interesse do Vereador Júlio César pereira dos Santos;
RESOLVE:
Art. 1º Fica revogado o art. 16 da Portaria nº 156 de 19 de dezembro de 2016.
Art. 2º É exonerada a servidora pública municipal Senhora **Silvia Helena Pinto Della Riva**, nomeada pela Portaria de nº 66/15, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, símbolo C.C. 7, que equivale a R\$ 4.088,47 (quatro mil, oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos), para a qual a mesma foi designada, cargo este de livre nomeação e exoneração.
Art. 3º As despesas com a execução da presente portaria correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de 23/12/2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E CUMPRE-SE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
NILTON CÉSAR DOS SANTOS - Presidente
PUBLICADA NA SECRETARIA LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
MARCIO BURATTI GOMES - Secretário Legislativo



PORTARIA N°161/16

NILTON CÉSAR DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da moralidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da probidade administrativa e da supremacia do interesse público que norteiam a Presidência dessa E. Casa Legiferante,
CONSIDERANDO os termos fixados na Tomada de Preços n° 2/16, referente a contratação de empresa para execução de obra, onde funcionará o refeitório da Câmara Municipal de Limeira;
CONSIDERANDO que os serviços executados deverão ser recebidos por Comissão de Fiscalização composta por membros designados por esta Administração;
RESOLVE:
Art. 1º Designar os seguintes servidores efetivos camarários para exercer a função de membros da Comissão Fiscalizadora prevista na Tomada de Preços n° 2/16 que visa acompanhar o procedimento de execução de obra desde seu início até sua entrega definitiva, a saber:

I – Membros

- a. Fernando Mazzeo Grande;
- b. Isaías Lucio Barbosa Santos de Oliveira;
- c. Luís Filipe Carvalho Silva.

Art. 2º Os nomeados terão pleno acesso a todos os procedimentos necessários, podendo, fundamentadamente, requerer explicações, cópias de documentos e objeções juntamente com o engenheiro responsável que serão, oportunamente, objeto de apreciação e deliberação pela Presidência da Mesa Diretora no exercício de suas atribuições.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E CUMPRE-SE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
NILTON CÉSAR DOS SANTOS - Presidente
PUBLICADA NA SECRETARIA LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.
MARCIO BURATTI GOMES - Secretário Legislativo



EU, NILTON CÉSAR DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE:

RESOLUÇÃO N°670/16
(Projeto de Resolução n° 34/16, da Mesa Diretora)
Altera e acrescenta dispositivos a Resolução n° 558/14, de 11 de fevereiro de 2014, que trata da formação e das atribuições do Conselho da Escola Legislativa Paulo Freire.
Art. 1º O art. 1º da Resolução n° 558/14, de 11 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescido do § 4º:
“Art. 1º Fica criado o Conselho Escolar, como órgão consultivo e deliberativo, da Escola Legislativa Paulo Freire.
§ 1º O conselho terá formação multidisciplinar.
§ 2º A presidência do Conselho Escolar será exercida por vereador indicado pela Mesa Diretora da Câmara.
§ 3º O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre devendo ser sempre convocado com 15 (quinze) dias de antecedência e extraordinariamente sempre que necessário, devendo, nesses casos, ser convocado com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
§ 4º As reuniões serão instaladas com a presença de no mínimo 2/3 dos membros do Conselho”.
Art. 2º O art. 3º da Resolução n° 558/14, de 11 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:
“Art. 3º O Conselho de Escola será composto por nove membros, sendo 2 (dois) vereadores indicados pela Mesa Diretora; 1 (um) ligado diretamente à Escola Legislativa; 2 (dois) servidores do Poder Legislativo, sendo um efetivo e um comissionado; e 4 (quatro) representantes da Sociedade Civil vinculados as atividades de educação, ciência e artes da sociedade de limeirense.
Parágrafo único. Os representantes da sociedade civil serão indicados pela Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura, Diretoria Regional de Ensino e Unicamp-Limeira, respeitada a maior pluralidade possível na indicação, nomeados pelo Presidente do Poder Legislativo.
Art. 3º O art. 4º da Resolução n° 558/14, de 11 de fevereiro de 2014,

passa a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescido de parágrafo único:

“Art. 4º Os membros do Conselho da Escola serão nomeados por ato do Presidente da Câmara para cumprir mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por uma única vez.

Parágrafo único. Nos casos de exoneração, morte, perda ou renúncia de qualquer um dos membros no curso do mandato, o órgão indicante fará nova indicação”.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º A presente Resolução entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezesseis.
NILTON CÉSAR DOS SANTOS - Presidente
PUBLICADA NA SECRETARIA LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezesseis.

MARCIO BURATTI GOMES - Secretário Legislativo



EU, NILTON CÉSAR DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE:

RESOLUÇÃO N°671/16
(Projeto de Resolução n° 35/16, da Mesa Diretora)
Altera e acrescenta dispositivos da Resolução n° 600/15, alterada Resolução n° 625/2015 e dá outras providências.

Art. 1º O artigo 8º da Resolução n°600/15 passa a vigorar com a seguinte redação:

8º ... *omissis* ...

I. *omissis*

II. *omissis*

III. *omissis*

IV. *omissis*

V. *omissis*

VI. *omissis*

VII. *omissis*

VIII. *omissis*

IX. *omissis*

§ 1º Em sua estrutura técnico-administrativa a Escola Legislativa contará com:

I. Conselho Escolar;

II. Coordenadoria do núcleo de educação permanente;

III. Agente legislativo.

§ 2º *omissis*

§ 3º *omissis*

§ 4º *omissis*

§ 5º Compete ao coordenador do núcleo de educação permanente da Escola Legislativa:

I- Representar a Escola Legislativa junto a Administração da Câmara Municipal e a entidades e instituições externas;

II- Dirigir as atividades da Escola Legislativa e tomar as providencias necessárias à sua regularidade de funcionamento, podendo, para tanto, solicitar lotação de servidores;

III- Elaborar relatório anual de atividades a ser submetido a Mesa Diretora;

IV- Orientar serviços de secretaria da Escola Legislativa;

V- Assinar certificados, documentos escolares e a correspondência oficial da Escola Legislativa;

VI- Propor à Mesa a celebração de protocolos, convênios, intercâmbios e contratos com entidades e instituições de ensino que visem ao aprimoramento institucional e funcional da Escola do Parlamento;

VII- Propor à Mesa o recrutamento temporário de professores, instrutores, monitores, palestrantes e conferencistas;

VIII - Coordenar os trabalhos acadêmicos e gerais da Escola Legislativa, sem prejuízo das atribuições da administração.

IX- Promover a revisão periódica do projeto pedagógico;

X- A Coordenadoria do núcleo de educação permanente será exercida, por um funcionário do quadro permanente de servidores da Câmara Municipal de Limeira indicado pela Presidência.

§ 6º Compete ao agente legislativo lotado na Escola Legislativa:

I- Atuar conjuntamente com o coordenador do núcleo de educação permanente, nos casos previstos nesta Resolução ou no que for necessário em decorrência da natureza do ato;

II- Representar o coordenador do núcleo de educação permanente, da Escola quando este estiver ausente;

III- Coordenar os trabalhos administrativos ou especialmente designados pela coordenadoria do núcleo de educação permanente;

IV- Outras incumbências que vierem a ser atribuídas por regulamento ou deliberação da coordenadoria do núcleo de educação permanente outras atribuições designadas em Regulamento.

Art. 2º O artigo 21 da Resolução n°600/15, tem renumerado o seu inciso XII, e acrescentados mais quatro incisos, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21. *Omissis*

I. *Omissis*

II. *Omissis*

III. *Omissis*

IV. *Omissis*

V. *Omissis*

VI. *Omissis*

VII. *Omissis*

VIII. *Omissis*

IX. *Omissis*

X. *Omissis*

XI. *Omissis*

XII. assessorar e/ou representar o Vereador em reuniões ou encontros com representantes ou membros do Poder Executivo, do Poder Judiciário, ou do Ministério Público;

XIII. assessorar e/ou representar o Vereador em reuniões ou encontros com representantes de organizações sindicais, populares, religiosas, empresariais, e demais entes representativos da sociedade civil;

XIV. assessorar e/ou representar o Vereador em reuniões ou encontros com outros Vereadores, seus assessores ou chefes de gabinete, ou outros membros e/ou representantes do Poder Legislativo – com destaque para o seu assessoramento em face dos trabalhos da Mesa Diretora;

XV. assessorar e/ou representar o Vereador em reuniões ou encontros com outros Parlamentares, seus assessores ou chefes de gabinete, ou outros membros e/ou representantes do Poder Legislativo no plano estadual (Assembleias) ou Federal (Congresso Nacional);

XVI. exercer outras atividades correlatas.

Art. 3º A Seção IV, e o seu correspondente artigo 22 da Resolução n° 600/15 passa a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO IV
DOS ASSESSORES PARLAMENTARES E LEGISLATIVOS
Art. 22 Compete aos **Assessores Parlamentares** as atribuições fixadas pelos incisos I à V, e aos **Assessores Legislativos**, as atribuições fixadas pelos incisos VI à X, do presente dispositivo.

I. preparar regularmente sinopse das matérias de interesse do Vereador, publicadas nos principais órgãos de imprensa;

II. assessorar e/ou representar o Vereador em reuniões ou encontros com representantes ou membros do Poder Executivo, do Poder Judiciário, ou do Ministério Público;

III. assessorar e/ou representar o Vereador em reuniões ou encontros com representantes de organizações sindicais, populares, religiosas, empresariais, e demais entes representativos da sociedade civil;

IV. assessorar e/ou representar o Vereador em reuniões ou encontros com outros Vereadores, seus assessores ou chefes de gabinete, ou outros membros e/ou representantes do Poder Legislativo – com destaque para o seu assessoramento em face dos trabalhos da Mesa Diretora;

V. assessorar e/ou representar o Vereador em reuniões ou encontros com outros Parlamentares, seus assessores ou chefes de gabinete, ou outros membros e/ou representantes do Poder Legislativo no plano estadual (Assembleias) ou Federal (Congresso Nacional);

VI. assessorar o Vereador no âmbito das Comissões;

VII. assessorar o Vereador na elaboração de proposições e pronunciamentos;

VIII. realizar pesquisas e estudos e preparar monografias, relatórios e demais documentos, objetivando fornecer subsídios na elaboração de suas proposições e pronunciamentos;

IX. preparar matérias referentes a pronunciamentos e proposições do Vereador;

X. acompanhar e informar ao Vereador sobre prazos e providências das proposições em tramitação na Câmara;

XI. analisar a legislação e documentos de interesse do parlamentar;

XII. exercer outras atividades correlatas.

Parágrafo único. *omissis*

Art. 4º O artigo 44 da Resolução n°600/15 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 44 ... *omissis* ...

I. 01 Engenheiro / Arquiteto

II. 01 Economista – Contador

III. 01 Gestor de Políticas Públicas / Cientista Social / Administrador Público / Gestor Público

Art. 5º O artigo 45 da Resolução n°600/15 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 45 ... *omissis* ...

Parágrafo único ... *omissis* ...

I – *omissis*

... *omissis* ...

II – *omissis*

... *omissis* ...

III – Departamento de Finanças e Controladoria

a. Núcleo de Contabilidade e Orçamento

b. Núcleo de Tesouraria

c. Núcleo de Custos

d. Núcleo de Patrimônio

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezesseis.
NILTON CÉSAR DOS SANTOS - Presidente
PUBLICADA NA SECRETARIA LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezesseis.
MARCIO BURATTI GOMES - Secretário Legislativo

A castração traz mais qualidade de vida para cães e gatos.

Além de proporcionar melhor qualidade de vida para o animal, a castração é uma forma de controle populacional, uma ferramenta eficaz para evitar o abandono e sofrimentos dos bichos.



Benefícios da Castração:

- Diminui o risco de câncer de mama, próstata e órgãos genitais.
- Elimina a gravidez psicológica (comum em algumas fêmeas após o término do cio, quando provoca aumento das mamas, produção de leite e irritabilidade excessiva).



- Diminui o risco de fugas e brigas, que podem acarretar acidentes graves e até fatais.
- Elimina a inconveniente perda de sangue das cadelas no período do cio, assim como as desagradáveis reuniões de machos na porta de sua residência.

Entender para Cuidar

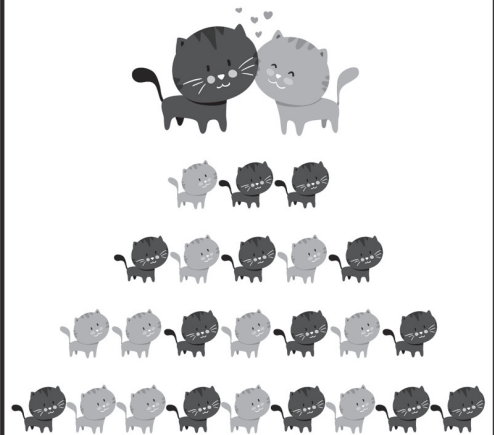
Saiba tudo sobre castração de cães e gatos, e cuide bem do seu animal!



O que é Castração?

A castração é uma cirurgia feita em cães e gatos, fêmeas ou machos, para impedir que se reproduzam sem controle.

Pirâmide de crescimento populacional de animais



Ao final de 6 anos um casal de animais pode gerar até 46.656 descendentes

Como funciona?

Consiste na retirada do útero, trompas e ovários, no caso das fêmeas. No caso dos machos, retira-se os testículos. Em torno de uma semana o animal estará totalmente recuperado da cirurgia.

Não precisa deixar seu animal ter filhotes. Isso é um mito.

Ao contrário do que se fala, não há necessidade nenhuma de deixar o animal cruzar, ou ter sua primeira cria, ou, ainda, esperar o primeiro cio. A castração antes do primeiro cio diminui as chances do seu animal ter tumor de mama, no caso das fêmeas.



Cuidados Pré-Operatórios:

- O animal deve estar em jejum alimentar de pelo menos 12 horas antes do horário agendado para a cirurgia e a água deve ser retirada 6 horas antes do procedimento cirúrgico;
- No dia da cirurgia, chegue com seu animal no horário combinado. A pontualidade é importante para que haja tempo hábil para os preparativos pré-operatório;

Cuidados Pós-Operatórios:

- No retorno da anestesia, o animal estará sonolento, podendo urinar, defecar ou mesmo vomitar. Esteja atento e mantenha-o sempre limpo. É importante mantê-lo em local tranquilo e silencioso, evitando que outros animais possam importuná-lo;
- Mantenha seu animal agasalhado com um pano. Evite deixá-lo diretamente em contato com o chão;
- A primeira refeição deve ser feita somente 8 horas após a cirurgia, pois o efeito do anestésico pode fazer com que ele vomite.
- Nunca utilize medicamentos por conta própria, apenas os medicamentos indicados pelo médico veterinário. Para a realização de curativos, dê preferência a pomadas e sprays, e utilize conforme recomendação veterinária.
- A maioria dos animais tenta lamber a ferida, mas é provável que ele se acostume com os pontos. Caso ele insista, utilize o colar elisabetano (abajur) ou roupa cirúrgica. Se o local de incisão inchar ou formar nódulo com sangramento, procure um veterinário imediatamente;
- Se o seu animal se recusar a comer ou beber por mais de um dia, vomitar e/ou tiver diarreias, entre em contato imediatamente com o médico veterinário;
- A retirada dos pontos deve ser realizada após 10 dias ou conforme orientação do veterinário;
- Lembre-se que a cirurgia pode deixar seu animal desconfortável e confuso, portanto, todo carinho e cuidado é necessário nesse momento!

Essas orientações podem variar de acordo com a avaliação médica.

Mais informações:

Depto. de Proteção e Bem Estar Animal
Fone: 3443-1606

